

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do (déficit) superávit	6
Demonstrações das mutações do patrimônio social	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 – 29

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores do
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

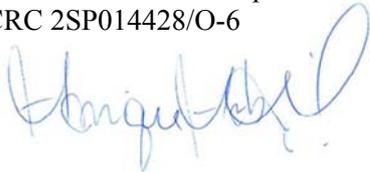
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Em 4 de abril de 2011, a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado de 31 de março de 2011 que continha ressalva sobre o ativo imobilizado pela falta de revisão da vida útil e teste de recuperabilidade, regularizado em 2011.

São Paulo, 13 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1SP181015/O-3

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2011	31/12/2010	Passivo	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente	4	1.021.417	1.083.459	Fornecedores		-	2.806
Contas a receber	5	10.131	893	Obrigações sociais e trabalhistas	9	258.522	142.636
Outros Créditos	6	<u>129.311</u>	<u>4.384</u>	Adiantamentos de Associados	10	<u>1.031.544</u>	<u>875.746</u>
Total do ativo circulante		1.160.859	1.088.736	Total do passivo circulante		1.290.066	1.021.188
Não circulante				Patrimônio Social			
Outros Investimento	7	1.401.527	1.469.294	Patrimônio Social	12	<u>1.595.425</u>	<u>1.898.871</u>
Imobilizado	8	323.104	360.150	Total do patrimônio Social		1.595.425	1.898.871
Intangível		<u>1</u>	<u>1.879</u>				
Total do ativo não circulante		1.724.632	1.831.323				
Total do ativo		<u><u>2.885.491</u></u>	<u><u>2.920.059</u></u>	Total do passivo		<u><u>2.885.491</u></u>	<u><u>2.920.059</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações do superávit

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional			
Contribuições de associados	13	1.759.470	1.379.864
Receitas de eventos e cursos	14	982.198	3.349.914
Receitas de Convênios		104.055	70.000
Outras receitas operacionais		<u>241.847</u>	<u>86.025</u>
		3.087.570	4.885.803
Despesas Administrativas e Operacionais			
Pessoal	15	(1.914.565)	(1.621.530)
Despesas Gerais e Administrativas	16	<u>(1.693.418)</u>	<u>(3.072.794)</u>
		(3.607.983)	(4.694.324)
(Déficit) superávit operacional		(520.413)	191.479
Receitas financeiras	17	253.127	198.195
Despesas financeiras	17	<u>(36.160)</u>	<u>(65.595)</u>
	17	216.967	132.600
(Déficit) superávit do exercício		<u><u>(303.446)</u></u>	<u><u>324.079</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

	Patrimônio Social	(Déficit) superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2010	<u>1.574.792</u>	<u>-</u>	<u>1.574.792</u>
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>324.079</u>	<u>324.079</u>
Em 31 de dezembro de 2010	1.574.792	324.079	1.898.871
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(303.446)</u>	<u>(303.446)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u><u>1.574.792</u></u>	<u><u>20.633</u></u>	<u><u>1.595.425</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em reais)

	31/12/2011	31/12/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(303.446)	324.079
Depreciação e amortizações	54.188	41.091
Resultado Líquido - Alienação de bens Ativos	-	25.212
	<u>(249.258)</u>	<u>390.382</u>
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante		
Contas a receber de clientes	(9.238)	(893)
Aplicação Financeira	67.767	(98.774)
Demais contas a receber	(124.927)	77.497
(Aumento) diminuição no passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	(2.807)	2.105
Obrigações sociais e trabalhistas	115.886	18.955
Adiantamento de Associados	155.798	(283.259)
	<u>(46.779)</u>	<u>106.013</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
	(46.779)	106.013
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(15.263)	(22.151)
	<u>(15.263)</u>	<u>(22.151)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		
	(15.263)	(22.151)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais e de investimentos		
	(62.042)	83.862
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.083.459	999.597
No fim do exercício	<u>1.021.417</u>	<u>1.083.459</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>(62.042)</u>	<u>83.862</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Gife – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, associação civil sem fins lucrativos, foi constituído em 26 de maio de 1995 e tem por finalidade congregar institutos, fundações e empresas privadas que voluntariamente promovem e executam, no Brasil, com recursos próprios, atividades de apoio ao desenvolvimento social, abertas à comunidade, e de investimentos no terceiro setor, por meio do estímulo à cidadania participativa.

Os recursos financeiros para manter a estrutura do Gife advêm basicamente das contribuições recebidas de associados e do resultado gerado pelos seus ativos financeiros. As atividades são mantidas por recursos financeiros captados por meio de convênios com fundações.

Em 21 de dezembro de 2000, a Fundação Patrícia Bildner, fundação privada que se dedicava às atividades de pesquisa e desenvolvimento educacional em suas mais diversas modalidades, principalmente nas áreas de psicologia, educação, ciências e artes, teve sua extinção homologada pela Justiça Cível de Fundações, sendo seu patrimônio incorporado ao Gife. O patrimônio incorporado da Fundação Patrícia Bildner, composto por imóveis, foi reconhecido como doação, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 21 de junho de 2001 do Gife e, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 837, de 22 de fevereiro de 1999, foi registrado a crédito do patrimônio social.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), consubstanciadas nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2012.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes/provisões para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº5) e provisões para contingências (nota explicativa nº11). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Entidade mantém intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos aplicações financeiras de longo prazo relacionados ao fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, conforme nota explicativa nº4.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo, conforme nota explicativa nº4.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Ativos financeiros derivativos

A Entidade não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, não possuindo instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

b. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento). Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas pela Entidade estão divulgadas na Nota 8.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

e. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Entidade, e são registrados pelo seu valor de aquisição ou formação, deduzidos de amortização calculada pelo método linear.

f. Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias pro ratatemporis.

g. Provisões para contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Entidade sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

h. Ajuste a valor presente

A Administração da Entidade efetuou a avaliação e concluiu pela não necessidade de registro do Ajuste a Valor Presente (AVP) para os ativos e passivos de longo prazo e de curto prazo, quando aplicável, em conformidade ao previsto no CPC 12.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

j. Apuração do resultado

As doações recebidas de associados sem destinação específica são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência. As doações recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas com os doadores, são reconhecidas ao resultado na medida da efetiva realização dos gastos nesses programas por tratar-se de adiantamentos sujeitos à devolução no caso da não realização dos programas.

As receitas financeiras de associados correspondentes às aplicações financeiras dos recursos desses convênios são apropriadas aos respectivos adiantamentos de convênios recebíveis no passivo circulante. As receitas financeiras dos recursos não vinculados são apropriadas diretamente ao resultado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa	9.032	10.296
Bancos conta movimento	4.493	220
Aplicações financeiras (a)	<u>1.007.892</u>	<u>1.072.943</u>
	<u>1.021.417</u>	<u>1.083.459</u>

(a) Estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú e Bradesco, com tendência da variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB).

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Composição das aplicações de liquidez imediata:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco Itaú Compromissada DI	-	502,787
Banco Itaú Especial RF	6,068	419,286
Bradesco – CDB	102,834	-
Banco Itaú aut mais 79897-8	683,252	-
Bradesco - DI Diamante	215,738	150,870
	<u>1,007,892</u>	<u>1,072,943</u>

5 Contas a receber

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Valores a receber de associados	10,131	893
	<u>10,131</u>	<u>893</u>

Não há valores em aberto de longa data, a Administração da Entidade não espera incorrer em perdas com estes recebíveis e por essa razão não efetuou análise de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

6 Outros créditos

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos a recuperar	-	3,373
Adiantamento de salários	9	-
Adiantamento de viagens	1,545	-
Adiantamento de serviços	2,439	1,011
Adiantamento - 7º congresso Gife (a)	125,318	-
	<u>129,311</u>	<u>4,384</u>

(a) Refere-se a adiantamento para locação de espaço para realização do Congresso em 2012.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

7 Outros investimentos

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Bradesco LF	858,010	-
Bradesco Op. Compromissada	543,517	-
GAP Management	-	379,655
Modal Assent	-	378,575
RB Capital Investimentos	-	226,776
Mapfre RF Plus	-	484,288
	<u>1,401,527</u>	<u>1,469,294</u>

Conforme definido no Estatuto, a Entidade mantém intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento e por essa razão constituiu um fundo patrimonial que é destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos. O Fundo é composto por contribuições específicas de seus associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2011 o saldo de R\$ 1.401.527 (R\$1.469.294 em 31 de dezembro de 2010).

8 Imobilizado

			<u>Líquido</u>		
	Taxa anual de depreciação	Imobilizado de custo	Depreciação acumulada	2011	2010
Imóveis	4%	419,085	(125,695)	293,390	310,152
Móveis e utensílios	10%	96,293	(93,473)	2,820	5,457
Equipamentos de informática	10%	144,114	(118,124)	25,990	43,214
Máquinas e equipamentos	10%	14,500	(8,091)	6,409	3,056
Instalações	10%	217,295	(222,800)	(5,505)	(1,728)
		<u>891,287</u>	<u>(568,183)</u>	<u>323,104</u>	<u>360,151</u>

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Movimentação do imobilizado – custo

	<u>31.12.2010</u>	Adições	<u>31.12.2011</u>
Imóveis	419.085	-	419.085
Móveis e utensílios	96.293	-	96.293
Equipamentos de informática	133.407	10.707	144.114
Máquinas e equipamentos	9.944	4.556	14.500
Instalações	217.295	-	217.295
	<u>876.024</u>	<u>15.263</u>	<u>891.287</u>

Movimentação do imobilizado - depreciação

	<u>31.12.2010</u>	Adições	<u>31.12.2011</u>
Imóveis	(108.933)	(16.762)	(125.695)
Móveis e utensílios	(90.496)	(2.977)	(93.473)
Equipamentos de informática	(90.193)	(27.931)	(118.124)
Máquinas e equipamentos	(7.229)	(863)	(8.092)
Instalações	(219.023)	(3.776)	(222.799)
	<u>(515.874)</u>	<u>(52.309)</u>	<u>(568.183)</u>

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<i>Obrigações sociais</i>		
INSS a recolher	35,272	-
FGTS a recolher	495	-
INSS s/ terceiros (cooperativa)	56	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	64,102	15,121
Impostos e contribuições a recolher	<u>7,944</u>	<u>-</u>
	107,869	15,121
<i>Obrigações trabalhistas</i>		
Salários a pagar	3,957	-
Provisão para férias	109,885	94,849
Provisão para encargos sobre férias	<u>36,811</u>	<u>32,666</u>
	150,653	127,515
	<u>258,522</u>	<u>142,636</u>

10 Adiantamento de Associados

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contribuição de associados	531,544	875,746
Patrocínio de congresso	<u>500,000</u>	<u>-</u>
	<u>1,031,544</u>	<u>875,746</u>

Os saldos são representados por adiantamentos de convênios recebidos, parcelas de contribuições associativas recebidas antecipadamente e recebimento antecipado de patrocínio para o 7º Congresso Gife 2012.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

11 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

12 Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial do Instituto, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

13 Contribuições de associados

O Conselho de Governança determina os valores dos pagamentos anuais dos associados ao Gife, que são constituídos de contribuições associativas devidas pelos mesmos. Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2011, montaram o saldo de R\$1.759.470 (R\$1.379.864 em 31 de dezembro de 2010).

14 Receitas de eventos e cursos

As receitas de eventos e cursos são compostas, substancialmente, pelas receitas de projetos, cursos e patrocínios. Para os anos pares, destacam-se também as receitas oriundas da realização do Congresso Gife como inscrições e patrocínios específicos.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

a. Natureza dos projetos, cursos e patrocínios

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Congresso Gife	175,832	542,249
Projeto Curso Ferramenta de Gestão	365,122	359,588
Projeto Aliança Rede América	-	168,502
Patrocínio Censo GIFE	-	1,995,608
Projeto Busca Jovem	-	130,996
Projeto CPLP	-	160,659
Dedução da receita		(7,688)
Projeto Wings	217,366	
Projeto código de conduta	68,000	
Projeto Ford Fic	155,878	-
	<u>982,198</u>	<u>3,349,914</u>

Abaixo destacamos os projetos desenvolvidos pelo Gife em 2011 e 2010:

a. Congresso gife

A receita do congresso Gife é composta substancialmente pelas inscrições e pelos patrocínios. Esse evento ocorre apenas em anos pares, sendo esta a principal receita e responsável pela diferença das receitas entre anos pares e anos ímpares. O objetivo desse evento é proporcionar um ambiente de aprendizagem, debate e construção de parcerias para o público dos associados, além de ressaltar a importância da articulação entre diferentes instituições sociais, um dos grandes desafios para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

b. Projeto Curso Ferramenta de Gestão

Nesta modalidade, o objetivo é fomentar o conhecimento do investimento social privado e como gerir esses recursos para entidades interessadas. Para tanto, o Gife conta com consultores contratados que ministram os cursos, sendo os principais temas: cenário social e legislação do terceiro setor; elaboração de projetos; avaliação de projetos; comunicação e marketing para o terceiro setor; e capacitação de recursos para o terceiro setor.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

c. Projeto wings

Em 2011, o GIFE contribuiu com a incubação da WINGS, rede mundial de associações e fundações, em suas atividades iniciais no Brasil.

d. Projeto código de conduta

O GIFE publicou em 2011 o "Código de Conduta para Gestão de Investimento de Fundos Patrimoniais e Organizações sem fins lucrativos", traduzido e adaptado do Código publicado pelo CFA Institute, associação global, baseada nos Estados Unidos, que estabelece princípios a serem seguidos por gestores de investimento de organizações sem fins lucrativos.

e. Projeto ford fic

O projeto "O papel dos investidores familiares, independentes e comunitários no fortalecimento do investimento social brasileiro", que conta com o apoio da Fundação Ford, tem como objetivo fomentar e fortalecer a atuação de investidores sociais privados de origem familiar, independente e comunitária, contribuindo para a ampliação da abrangência do investimento e da diversidade de investidores no contexto do investimento social privado no Brasil. O projeto é um desdobramento da Visão ISP 2020, lançada pelo GIFE em 2010, visando a qualificação e o fortalecimento do investimento social brasileiro.

f. Projeto aliança rede américa

Refere-se a uma rede paralela com reuniões, eventos, cursos, participações em congressos com temas relacionados ao desenvolvimento comunitário, ou seja, dentro desse projeto são discutidos assuntos sobre como difundir a área social em pequenas comunidades.

É efetuado um estudo sobre a viabilidade do projeto proposto e sua rede de associados que patrocinam e viabilizam a realização desse projeto. Após o término do projeto, é realizada a prestação de contas aos associados sobre resultados esperados e atingidos, bem como sobre a utilização dos recursos nestes. Quando ocorre a sobra de recurso, o saldo é ressarcido aos associados participantes desse projeto.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

g. Patrocínio censo gife

O censo Gife é um estudo bianual que o Gife faz sobre o Investimento Social Privado (ISP) dentre seus associados. Para a elaboração desse estudo, o Gife conta com o apoio ou patrocínio de organizações associadas.

h. Projeto busca jovem

O projeto Busca Jovem é uma parceria intermediada pelo Gife, em que por meio da entidade denominada Olhar Cidadão é desenvolvido um site com o objetivo de efetuar o encontro entre empresa privadas e menores que buscam o seu primeiro emprego.

i. Projeto marco legal

A existência de um ambiente regulatório moderno, claro e estável é fator fundamental para promover a expansão e qualificação do investimento social privado em qualquer país. Com base nessa premissa, o Gife desenvolve, desde o início de 2003, uma iniciativa destinada a contribuir para o aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao terceiro setor: o Programa Marco Legal e Políticas Públicas.

Em 2009, o Gife elaborou uma nova versão da publicação original, o livro *Perspectivas para o Marco Legal do Terceiro Setor*, com o apoio da Ford Foundation e da W.K. Kellogg Foundation. Trata-se de um documento mais aprofundado sobre o referido assunto.

j. Projeto CPLP

O projeto CPLP refere-se ao VII Encontro de Fundações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que ocorreu em São Paulo. Com o tema *Diversidade para transformação: o papel das fundações no desenvolvimento social*, o evento reuniu as 100 principais lideranças dessas organizações.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

15 Despesa com pessoal

	2011	2010
Salários, 13º Salário, Férias, Ajuda de Custo, Indenizações	(1,319,390)	(1,113,538)
INSS	(328,764)	(280,964)
FGTS	(106,588)	(96,490)
Benefícios	(147,579)	(119,930)
Outras Despesas com Pessoal	(1,048)	(175)
Pis s/ folha de Pagamento	(11,196)	(10,433)
	<u>(1,914,565)</u>	<u>(1,621,530)</u>

16 Despesas gerais e administrativas

	2011	2010
Despesas de ocupação	(87.685)	(90.766)
Utilidades e serviços	(63.827)	(59.818)
Gráfica e editoração	-	(18.269)
Serviço prestado pessoa jurídica	(353.726)	(230.849)
Viagens e estadias	(87.768)	(165.003)
Congresso Gife	-	(1.877.267)
Projeto Busca Jovem - GAJ	-	(91.334)
Projeto Rede América	-	(55.441)
Projeto 27o. CPLP	-	(154.892)
Curso Ferramenta de Gestão RJ	-	(47.689)
Projetos*	(878.236)	-
Outras despesas operacionais	(222.177)	(281.466)
	<u>(1.693.418)</u>	<u>(3.072.794)</u>

(*) Referem-se aos gastos com os projetos realizados pelo Gife no ano de 2011, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

17 Receitas (despesas) financeiras

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<i>Receitas financeiras</i>		
Descontos obtidos	836	244
Rendimentos sobre as aplicações financeiras	252.291	197.933
Variação cambial ativa	-	18
	<u>253.127</u>	<u>198.195</u>
<i>Despesas financeiras</i>		
IR sobre Aplicações	(31.022)	(35.625)
Despesas Bancárias	(4.844)	(7.953)
Despesas com Câmbio Financeiro	(123)	(5.018)
Outras Despesas Financeiras	(171)	(16.999)
	<u>(36.160)</u>	<u>(65.595)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>216.967</u>	<u>132.600</u>

18 Instrumentos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Entidade.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um Associado ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de Associados e de aplicações financeiras.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de Associados. Historicamente a Entidade não possui histórico de perdas significativas.

Adicionalmente, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras.

A Administração julga que a Entidade não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital sem depender de capital de terceiro.

A Entidade não apresenta necessidade de captação de recursos bancários para capital de giro.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

A Associação não possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro.

d. Risco operacional

Visando minimizar os riscos operacionais a Entidade contrata seguro para cobertura de eventuais riscos.

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas devido à adequada gestão utilizada pela Entidade e suas práticas éticas adotadas, tanto na contratação, como na manutenção e/ou demissão de funcionários.

A Administração da Entidade estabelece controles para administrar o risco operacional e buscar eficácia na gestão dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Entidade.

e. Valor justo

e.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui histórico de operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração dos instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando necessário, será feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.).

A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como hedges exóticos.

e.2 Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Grupo de Instituições, Fundações e Empresas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

19 Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2011, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas - R\$
Incêndio de bens do imobilizado	350.000
Danos elétricos	20.000
Despesas fixas	10.000
Perda de aluguel	30.000
Subtração de bens	50.000
Equipamentos eletrônicos	25.300
responsabilidade civil	20.000
quebra de vidros	10.000
	<hr/>
	515.300
	<hr/> <hr/>

Fernando Rossetti Ferreira
Secretário Geral CPF 061.882.778-17

Fernanda Natalino
Contador CRC 1SP144709/81015/O-3